

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026



SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MARANHÃO

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ História e Geografia do Estado e Município
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Conhecimentos Específicos

Conteúdo Digital

- ▶ Educação Inclusiva



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR -
MARANHÃO**

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS
INICIAIS)**

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026

CÓD: OP-113AB-26
7908403592623

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Tipologia textual.....	9
2. Domínio da ortografia oficial	13
3. Domínio dos mecanismos de coerência e coesão	15
4. Emprego e reconhecimento das Classes de palavras.....	16
5. Orações Coordenadas e Subordinadas; Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais, acessórios e integrantes da oração	23
6. Sinais de pontuação	28
7. Emprego do sinal indicativo de crase.....	29
8. Concordância Verbal e Nominal.....	30
9. Regência nominal e verbal.....	32
10. Regras de acentuação	33
11. Pontuação	35
12. Figuras e vícios de linguagem; Figuras de pensamento	36
13. Emprego e Significação das palavras: denotação, conotação, homonímia, paronímia e ambiguidade.....	41
14. Emprego de: mau/mal, mas/mais, trás/traz/atrás, a fim de/afim, sob/sobre, a par/ ao par, cessão/sessão/Seção, Há/a, Ao invés de/ em vez de, Demais/de mais, onde/ aonde/donde, nenhum/ nem um, por ora/ por hora.....	44
15. Uso dos porquês	44

Matemática

1. Números: Sistema de Numeração Decimal	57
2. Números Naturais, inteiros, racionais, reais. Operações fundamentais e propriedades; Conjuntos numéricos. Potências e raízes	58
3. Divisibilidade - múltiplos e divisores.....	64
4. MDC e MMC	66
5. Grandezas e Medidas: Medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo, e sua utilização no contexto social.....	67
6. Sistema monetário.....	69
7. Geometria: Localização e espaço. Conceitos básicos (ponto, reta, plano e espaço). Figuras geométricas planas (ângulos, triângulos, quadriláteros, polígonos, circunferência e círculo); Perímetro e área de figuras planas	73
8. Figuras geométricas espaciais (prismas, pirâmides, cilindro, cone e esfera); teoremas, medidas, transformações geométricas; Noções básicas de área e volume	83
9. Número e grandezas. Razão e Proporção	90
10. Regra de três simples e composta	91
11. Porcentagem, Juros Simples e Juros Compostos	93
12. Álgebra: Expressões algébricas	97
13. Equações e função do 1º grau	99
14. Estatística: Média aritmética e média ponderada, gráficos	102
15. Probabilidade: probabilidade, eventos, variáveis aleatórias.....	106

História e Geografia do Estado e Município

1. Aspectos do Estado e do Município História: Formação territorial: processo de ocupação e colonização, divisões administrativas. Períodos históricos: desde a colonização até os dias atuais, destacando os principais acontecimentos, personagens e movimentos sociais. Desenvolvimento econômico: ciclos econômicos, industrialização, urbanização. Cultura regional: tradições, festas populares, manifestações artísticas, patrimônio cultural material e imaterial.	113
2. Geografia: Características físicas: relevo, clima, hidrografia, vegetação, solos. Riscos naturais: desastres naturais, vulnerabilidade social e ambiental. Questões ambientais: problemas ambientais locais e globais, políticas públicas para o meio ambiente. Organização do espaço geográfico: uso e ocupação do solo, rede urbana, infraestrutura	116
3. Economia: Setor primário, secundário e terciário: atividades econômicas predominantes, indicadores econômicos. Desenvolvimento econômico: políticas públicas de desenvolvimento, desigualdade social.....	120
4. Cultura: Diversidade cultural: grupos étnicos, identidade cultural, multiculturalismo. Manifestações culturais: artes, música, literatura, folclore. Patrimônio cultural: bens materiais e imateriais, políticas de preservação.....	124

Conhecimentos Pedagógicos

1. Teorias da Educação.....	133
2. Principais teorias e pensadores da educação (Paulo Freire; Maria Montessori; Jean Piaget; Lev Vygotsky; John Dewey; Burrhus Frederic Skinner; Célestin Freinet; Jerome Bruner; Howard Gardner; Carl Rogers; Abraham Maslow; Henri Wallon; Émile Durkheim; Ivan Pavlov; Alfred Binet; Carol Dweck.)	138
3. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem.....	141
4. Didática e Metodologia de Ensino	143
5. Planejamento e organização do ensino	145
6. Tendências pedagógicas.....	148
7. Avaliação escolar e inclusão; Estratégias e técnicas de ensino	149
8. Legislação Educacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....	152
9. Constituição Federal: Artigos 205 a 214 (Educação).....	152
10. Lei nº 15.247, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025 - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.....	155
11. Recomposição de Aprendizagem: Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025.....	159
12. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): Lei nº 8.069/90	162
13. ECA Digital.....	202
14. BNCC (Base Nacional Comum Curricular): Princípios e diretrizes.....	209
15. BNCC COMPUTACIONAL: Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e Resolução CNE/CEB nº 1/2022	246
16. Três Eixos Estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital, Cultura Digital	260
17. Educação Integral e jornada ampliada: Lei nº 14.640/2023	263
18. Resolução CNE/CEB nº 7/2025	265
19. Portarias do MEC (nº 64/2023, 1495/2023, 1628/2024, 777/2024, 48/2024, 748/2024)	272
20. Resoluções (nº 18/2023, 25/2023, 26/2023).....	278
21. Saberes Digitais; Política de Inovação Educação Conectada (Lei nº 14.180/2021) e da Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023).....	285
22. Plano Nacional de Educação (PNE): Metas e estratégias	288
23. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	304
24. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).....	314
25. Currículo e Programas Educacionais . Concepções de currículo. Construção e implementação de currículos. Inclusão e diversidade no currículo escolar	319

 ÍNDICE

26. Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico (PPP): Estrutura e objetivos	322
27. Psicologia da Educação	324
28. Psicologia do desenvolvimento . Psicologia da aprendizagem.....	326
29. Motivação e suas implicações na aprendizagem	332
30. Tecnologias na Educação. Uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino Ambientais virtuais de aprendizagem. Recursos educacionais digitais	335

Conhecimentos Específicos

Professor Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

1. Fundamentos da Educação: Concepção, conceitos e objetivos	343
2. Metodologias ativas.....	349
3. Aprendizagem significativa	350
4. Diversidade cultural e inclusão	355
5. Educação ambiental.....	358
6. Educação para a cidadania.....	361
7. Teorias do desenvolvimento humano e suas distintas concepções: Piaget, Vygotsky, Wallon, Ausubel, Bruner, Gardner .	364
8. Neurociência da educação.....	364
9. Teorias da aprendizagem: Behaviorismo, cognitivismo, socioconstrutivismo. Bases psicológicas da aprendizagem: Percepção, memória, atenção, linguagem, motivação	371
10. Avaliação da aprendizagem: Concepção, funções, tipos (diagnóstica, formativa, somativa); Instrumentos de avaliação ..	371
11. Organização do trabalho pedagógico: Planejamento, Projeto Político Pedagógico (PPP)	371
12. Projeto Didático, Sequências Didáticas.....	371
13. Métodos e Técnicas de Ensino: Problematização, estudo de caso, pesquisa, jogos, simulações.....	374
14. Tecnologia educacional: Recursos digitais, ferramentas online, integração das TIC no ensino	376
15. Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica (DCN): Princípios, objetivos, organização curricular	376
16. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Campos de conhecimento, habilidades, competências, transição para o Ensino Fundamental II. Campos de Experiências (BNCC): O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação	376
17. Temas Integradores: Interdisciplinaridade, contextualização, projetos temáticos	376
18. Pressupostos pedagógicos das Pedagogias Críticas: Paulo Freire, Demerval Saviani	379
19. Metodologia de ensino da Matemática: Resolução de problemas, jogos matemáticos, materiais manipuláveis, geometria, álgebra, grandezas e medidas.....	382
20. Metodologia de ensino da Língua Portuguesa: Leitura e escrita, produção textual, gramática, literatura infantil, oralidade.....	384
21. Metodologia de ensino de Ciências: Experimentação, investigação, linguagem científica, relação ciência-tecnologia-sociedade	387
22. Metodologia do ensino da História: Fontes históricas, temporalidade, espacialidade, identidade, cidadania	389
23. Metodologia do ensino de Geografia: Paisagem, lugar, região, espaço geográfico, relações socioespaciais	392
24. Educação Especial: Legislação, inclusão, atendimento às necessidades especiais, adaptações curriculares	394
25. Relações interpessoais: Trabalho em equipe, comunicação, resolução de conflitos, ética profissional	401

Material Digital

Educação Inclusiva

1. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva — Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 208	3
2. Lei nº 9.394/1996 (LDB).....	4
3. Educação Especial na perspectiva inclusiva e Atendimento Educacional Especializado – AEE	23
4. Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis.....	26
5. Adaptações e flexibilizações curriculares.....	27
6. Avaliação e planejamento pedagógico inclusivos	30
7. Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	31
8. Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	50
9. Diversidade, equidade e currículo inclusivo na BNCC.....	51
10. Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	65
11. Resolução CNE/CP nº 2/2015, no que couber à formação docente e à inclusão	68
12. Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis — Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão); Lei nº 10.098/2000	77
13. Legislação aplicável: Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.394/1996.....	99
14. Lei nº 10.436/2002	99
15. Decreto nº 5.626/2005	100
16. Decreto nº 7.611/2011	104
17. Resoluções do CNE aplicáveis e BNCC	108

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS; TIPOLOGIA TEXTUAL

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

TIPOS TEXTUAIS

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

► Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

Exemplo: contos, romances, crônicas, anedotas.

► Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que

está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

Exemplo: retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

► Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

Exemplo: redações argumentativas, ensaios, editoriais.

► Exposição

O texto expositivo tem como objetivo principal expor, explicar ou apresentar informações e conhecimentos de forma clara e objetiva. Esse tipo textual busca esclarecer fatos ou conceitos, sem a necessidade de persuadir o leitor ou envolver juízos de valor. É frequentemente utilizado em contextos didáticos e científicos para transmitir informações de maneira acessível.

Exemplo: textos didáticos, relatórios, verbetes de enciclopédias.

► Injunção

O texto injuntivo (ou instrucional) tem como função principal orientar o leitor a realizar uma ação ou a seguir determinados procedimentos. São textos que fornecem instruções, ordens ou conselhos, utilizando verbos no imperativo ou no infinitivo para guiar o comportamento do leitor.

Exemplo: manuais de instrução, receitas, regulamentos, bulas de remédios.

► Características dos Tipos Textuais

Cada tipo textual possui características próprias, que podem ser resumidas da seguinte forma:

▪ **Narração:** foco em ações e eventos em sequência (cronológica ou não); uso de verbos no passado; presença de personagens, tempo e espaço definidos;

▪ **Descrição:** foco em características e detalhes; uso de adjetivos; apelo aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar);

▪ **Dissertação:** foco na argumentação e no raciocínio lógico, estrutura rígida (introdução, desenvolvimento, conclusão), uso de conectores e verbos de opinião;

▪ **Exposição:** foco na explicação e na apresentação de informações; tom objetivo e neutro; uso de exemplos e definições;

AMOSTRA

▪ **Injunção:** foco em orientar o comportamento do leitor; uso de verbos no imperativo ou no infinitivo; clareza e precisão nas instruções.

► **Combinação dos Tipos Textuais**

É importante destacar que, embora os tipos textuais sejam categorias distintas, muitos textos apresentam uma combinação de mais de um tipo. Por exemplo, um romance, que é predominantemente narrativo, pode conter trechos descritivos para retratar o ambiente e os personagens, além de momentos dissertativos para discutir ideias ou reflexões dos personagens. Essa flexibilidade dos tipos textuais contribui para a riqueza e a variedade de textos que encontramos no dia a dia.

GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são as diferentes formas de organização de um texto que surgem de acordo com as necessidades e convenções sociais. Eles são determinados pelo contexto de uso, pela intenção comunicativa e pelas práticas culturais de uma sociedade.

Diferentemente dos tipos textuais, que são formas mais rígidas e estruturais, os gêneros textuais são dinâmicos, adaptando-se às situações comunicativas e aos meios em que circulam, como o jornal, a internet, ou o ambiente acadêmico.

Os gêneros textuais são numerosos e variam conforme a evolução das formas de comunicação, mas podem ser organizados em diferentes categorias, dependendo de sua função social e das características formais que apresentam.

► **Notícia**

A notícia é um gênero textual do campo jornalístico, cujo objetivo é informar o público sobre fatos recentes ou de interesse social. Esse gênero é marcado pela objetividade e imparcialidade, apresentando os acontecimentos de forma direta e sem opiniões pessoais. A notícia costuma seguir a estrutura conhecida como pirâmide invertida, onde as informações mais importantes aparecem no início do texto, enquanto os detalhes são desenvolvidos ao longo do texto.

▪ **Estrutura:** título, lead (introdução com as informações principais), desenvolvimento e conclusão.

▪ **Exemplo:** notícias publicadas em jornais, portais de internet, telejornais.

► **Carta**

A carta é um gênero textual de comunicação escrita, utilizado para estabelecer contato entre interlocutores distantes no tempo ou no espaço. Dependendo do destinatário e do objetivo, a carta pode ser formal ou informal. No caso de uma carta formal, são utilizados vocabulário e expressões mais respeitadas, enquanto a carta informal permite uma linguagem mais coloquial e próxima.

▪ **Estrutura:** saudação, corpo do texto e despedida.

▪ **Exemplo:** cartas comerciais, cartas pessoais, e-mails.

► **Artigo de Opinião**

O artigo de opinião é um texto dissertativo-argumentativo que expressa o ponto de vista do autor sobre determinado tema, geralmente um assunto de relevância atual. O objetivo é convencer o leitor por meio de argumentos bem estruturados. Embora apresente opiniões pessoais, o artigo de opinião deve ser fundamentado com dados, exemplos e argumentos lógicos.

▪ **Estrutura:** título, introdução (apresentação do tema), desenvolvimento (argumentação) e conclusão (fechamento com uma posição clara).

▪ **Exemplo:** artigos publicados em jornais, revistas e portais de internet.

► **Resenha**

A resenha é um gênero textual que visa analisar e avaliar uma obra cultural, como um livro, filme, peça de teatro, evento, entre outros. A resenha combina descrição e crítica, oferecendo um resumo da obra e, ao mesmo tempo, apresentando a opinião do autor da resenha sobre a qualidade e a relevância da obra em questão.

▪ **Estrutura:** identificação da obra (título, autor), resumo do conteúdo, análise crítica e conclusão.

▪ **Exemplo:** resenhas de livros, críticas de cinema, avaliações de produtos.

► **Crônica**

A crônica é um gênero textual que apresenta uma reflexão sobre situações cotidianas, frequentemente com um tom pessoal e subjetivo. Geralmente breve, a crônica pode ter um caráter humorístico, poético ou reflexivo, abordando temas simples, mas sempre com um olhar crítico ou irônico. É comum encontrarmos crônicas em jornais e revistas, onde são utilizadas para comentar pequenos acontecimentos do dia a dia.

▪ **Estrutura:** narrativa breve, com espaço para reflexões do autor sobre o tema abordado.

▪ **Exemplo:** crônicas jornalísticas, crônicas literárias.

► **Relatório**

O relatório é um gênero textual utilizado em contextos profissionais e acadêmicos para registrar, de maneira objetiva e detalhada, os resultados de uma investigação, experiência ou atividade. O relatório busca informar e documentar um processo, podendo incluir dados quantitativos e qualitativos, tabelas, gráficos e conclusões baseadas nas evidências apresentadas.

▪ **Estrutura:** introdução, desenvolvimento (metodologia, descrição dos dados) e conclusão.

▪ **Exemplo:** relatórios empresariais, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos.

► **Receita**

A receita é um gênero textual do campo culinário, cuja função é orientar o leitor a preparar um prato específico. Sua linguagem é direta e objetiva, predominando o uso de verbos no imperativo ou no infinitivo, para instruir de forma clara cada etapa da preparação.

▪ **Estrutura:** lista de ingredientes e modo de preparo.



MATEMÁTICA

NÚMEROS: SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

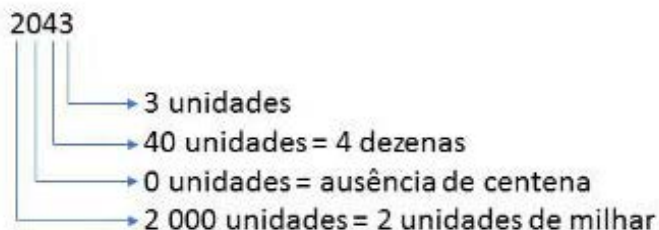
SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

Nosso sistema de numeração é chamado de decimal pois sua contagem é feita de 10 em 10. Ou seja, sua base é 10.

- 10 unidades formam 1 dezena
- 10 dezenas formam 1 centena;
- 10 centenas formam 1 unidade de milhar;
- 10 unidades de milhar formam 1 dezena de milhar;
- 10 dezenas de milhar formam 1 centena de milhar

E assim sucessivamente.

Exemplos:



► Leitura dos números

O sistema de numeração é constituído de uma parte inteira e outra decimal. Lemos a parte inteira, seguida da parte decimal, acompanhada das palavras:

- **Décimos**: quando houver uma casa decimal;
- **Centésimos**.....: quando houver duas casas decimais;
- **Milésimos**.....: quando houver três casas decimais;
- **Décimos milésimos**: quando houver quatro casas decimais;
- **Centésimos milésimos**: quando houver cinco casas decimais e, assim sucessivamente.

Exemplo: (FCC)

O número 0,0202 pode ser lido como:

- (A) duzentos e dois milésimos.
- (B) duzentos e dois décimos de milésimos.
- (C) duzentos e dois centésimos de milésimos.
- (D) duzentos e dois centésimos.
- (E) duzentos e dois décimos

Resolução:

Como temos 4 casas decimais, lemos então com décimos de milésimos,

Logo: duzentos e dois décimos de milésimos.

Resposta: B

AMOSTRA

NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, REAIS. OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS E PROPRIEDADES; CONJUNTOS NUMÉRICOS. POTÊNCIAS E RAÍZES

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

► Operações com Números Naturais

- **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo: $3 + 4 = 7$ (e 7 também é natural)

- **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em \mathbb{N} , pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$7 - 2 = 5 \rightarrow$ pertence aos naturais

$2 - 7 = -5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois -5 não é natural

- **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em \mathbb{N} , ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo: $4 \times 3 = 12$

- **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em \mathbb{N} .

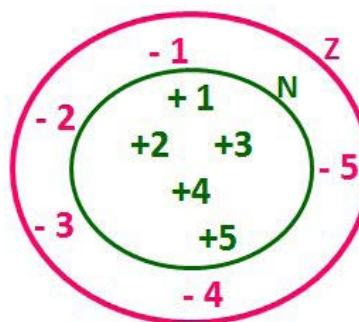
Exemplos:

$6 \div 3 = 2 \rightarrow$ pertence aos naturais

$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois 2,5 não é natural

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ($\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra \mathbb{Z} .



$\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$ (\mathbb{N} está contido em \mathbb{Z})

► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	\mathbb{Z}^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	\mathbb{Z}_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	\mathbb{Z}^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	\mathbb{Z}_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	\mathbb{Z}^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $|\cdot|$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO E MUNICÍPIO

ASPECTOS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO HISTÓRIA: FORMAÇÃO TERRITORIAL: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO, DIVISÕES ADMINISTRATIVAS. PERÍODOS HISTÓRICOS: DESDE A COLONIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS, DESTACANDO OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS, PERSONAGENS E MOVIMENTOS SOCIAIS. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CICLOS ECONÔMICOS, INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO. CULTURA REGIONAL: TRADIÇÕES, FESTAS POPULARES, MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS, PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MARANHÃO E DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

O estudo de São José de Ribamar deve começar pela compreensão do próprio processo de formação do Maranhão. Antes da chegada dos europeus, o território maranhense era ocupado por diversos povos indígenas, especialmente grupos de matriz tupi, como os Tupinambá, além de outros povos que viviam da pesca, caça, coleta, agricultura rudimentar e domínio dos rios e áreas costeiras. Essa presença indígena é fundamental para entender a ocupação inicial do litoral maranhense, inclusive da região próxima à ilha de São Luís e à atual área de São José de Ribamar.

A colonização europeia do Maranhão apresentou uma característica importante: não foi inicialmente consolidada apenas pelos portugueses. No início do século XVII, os franceses tentaram estabelecer domínio na região, fundando em 1612 a chamada França Equinocial, com a criação do núcleo que daria origem à cidade de São Luís. Em 1615, os portugueses expulsaram os franceses e consolidaram sua presença na área. A partir daí, o território maranhense passou a integrar a lógica colonial portuguesa, marcada pela ocupação do litoral, pela catequese indígena, pela formação de aldeamentos, pelo uso da mão de obra indígena e, posteriormente, africana escravizada.

São José de Ribamar localiza-se na Ilha de Upaon-Açu, a mesma ilha onde estão São Luís, Paço do Lumiar e Raposa. A posição litorânea do município explica sua relação histórica com a pesca, a religiosidade marítima, a circulação de pessoas e mercadorias e o crescimento urbano ligado à capital. A ocupação da área esteve associada a pequenos povoados, atividades pesqueiras, práticas religiosas e à proximidade com São Luís.

O nome do município está diretamente ligado à devoção a São José de Ribamar. A tradição religiosa local atribui grande importância à imagem do santo e ao culto desenvolvido na região, o que transformou o lugar em um dos principais centros de peregrinação religiosa do Maranhão. Assim, diferentemente de municípios que se consolidaram principalmente por ciclos

agrícolas ou mineração, São José de Ribamar combinou ocupação litorânea, vida comunitária, pesca artesanal e religiosidade popular.

Do ponto de vista administrativo, São José de Ribamar esteve historicamente vinculado a São Luís, sendo posteriormente desmembrado e elevado à condição de município. A emancipação municipal ocorreu no século XX, dentro de um contexto de reorganização administrativa do Maranhão, quando várias localidades passaram a ter autonomia política própria. A criação do município permitiu a formação de governo local, Câmara Municipal, administração própria e maior protagonismo na gestão de serviços públicos.

Para fins de concurso, é importante memorizar que São José de Ribamar integra a Região Metropolitana da Grande São Luís. Essa informação costuma aparecer em provas de conhecimentos locais, pois demonstra a forte relação do município com a capital maranhense. Seu crescimento urbano foi bastante influenciado pela expansão metropolitana, pela mobilidade pendular de trabalhadores, pela ocupação de áreas periféricas e pelo aumento da demanda por moradia, transporte, saneamento, saúde e educação.

A formação territorial de São José de Ribamar, portanto, não pode ser entendida isoladamente. Ela resulta de quatro grandes fatores: a ocupação indígena anterior à colonização, a disputa colonial europeia pelo Maranhão, a consolidação portuguesa no litoral e o processo moderno de urbanização metropolitana. Essa combinação explica por que o município possui, ao mesmo tempo, traços tradicionais ligados à pesca e à religiosidade, e características urbanas próprias de uma cidade integrada à dinâmica da Grande São Luís.

PERÍODOS HISTÓRICOS: DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

A história de São José de Ribamar acompanha, em grande medida, os principais momentos da história maranhense. Durante o período colonial, o Maranhão teve papel estratégico para Portugal por sua localização no Norte-Nordeste do Brasil, pela ligação com a Amazônia e pelo potencial econômico de suas terras e portos. Após a expulsão dos franceses, a Coroa portuguesa buscou fortalecer o controle da região por meio de fortificações, povoamento, missões religiosas e atividades econômicas.

No século XVII, a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará foi uma medida administrativa relevante. Essa unidade colonial tinha organização própria, separada em determinados momentos do Estado do Brasil, demonstrando a importância geopolítica da região. O Maranhão mantinha relações econômicas e administrativas com o Norte amazônico e com o Atlântico, sendo influenciado por rotas marítimas, exportações agrícolas e pelo comércio colonial.

AMOSTRA

No século XVIII, o Maranhão viveu crescimento econômico com a produção de arroz e algodão, especialmente a partir das políticas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esse período intensificou o uso da mão de obra africana escravizada e ampliou a formação de grandes propriedades rurais. Embora São José de Ribamar não tenha sido o centro principal dessa economia agroexportadora, a região insular estava ligada ao sistema colonial por meio de circulação de pessoas, produtos e práticas religiosas.

No período imperial, o Maranhão participou dos conflitos relacionados à Independência do Brasil. A adesão maranhense à Independência ocorreu em 1823, após resistências de setores ligados a Portugal. Esse dado é importante porque mostra que a Independência não foi um processo uniforme e pacífico em todo o Brasil. Em várias províncias, inclusive no Maranhão, houve disputas políticas e militares.

Outro acontecimento essencial da história maranhense foi a Balaiada, revolta popular ocorrida entre 1838 e 1841. A Balaiada envolveu vaqueiros, artesãos, sertanejos, negros, mestiços e setores populares insatisfeitos com a pobreza, os abusos das elites locais e as disputas políticas regionais. Embora o foco principal da revolta tenha ocorrido em outras áreas do Maranhão, ela é indispensável para compreender a formação social do Estado, marcada por desigualdade, resistência popular e conflitos entre elites e grupos subalternos.

Durante a República, o Maranhão passou por transformações políticas, econômicas e sociais. O poder oligárquico, o coronelismo e a concentração fundiária marcaram grande parte da vida pública estadual. Ao longo do século XX, São Luís cresceu como capital administrativa, comercial e portuária. São José de Ribamar, por sua proximidade com a capital, passou a sentir os efeitos dessa expansão urbana.

A emancipação de São José de Ribamar no século XX representou uma etapa decisiva de sua história local. Com a autonomia municipal, a cidade passou a organizar sua própria administração pública. A partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, nas últimas décadas, o município apresentou crescimento populacional expressivo, impulsionado pela expansão urbana da Grande São Luís. Muitas áreas antes rurais, pesqueiras ou pouco povoadas foram transformadas em bairros, conjuntos habitacionais e zonas de ocupação urbana.

Nos dias atuais, São José de Ribamar é um município marcado por dupla identidade. De um lado, conserva forte tradição religiosa, pesqueira e comunitária. De outro, integra uma região metropolitana dinâmica, com problemas e desafios típicos de cidades em crescimento: mobilidade urbana, regularização fundiária, preservação ambiental, saneamento básico, segurança pública e oferta de serviços.

Para provas de concurso, a dica é observar a sequência histórica: povos indígenas; tentativa francesa; domínio português; economia colonial; escravidão; Independência; Balaiada; República; emancipação municipal; metropolização contemporânea. Essa linha do tempo ajuda a organizar os principais acontecimentos e evita confusão entre história estadual e história local.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CICLOS, URBANIZAÇÃO E MUDANÇAS SOCIAIS

A economia do Maranhão passou por diferentes ciclos ao longo da história. No período colonial, destacaram-se a agricultura de exportação, especialmente arroz, algodão e cana-de-açúcar, além da pecuária e do comércio marítimo. O algodão teve grande importância, principalmente no século XVIII e início do século XIX, quando a demanda internacional favoreceu a produção maranhense. Esse crescimento, contudo, esteve associado à escravidão africana e à concentração de terras.

A economia maranhense sempre apresentou contrastes regionais. Enquanto algumas áreas se integraram à agroexportação, outras mantiveram atividades de subsistência, pesca, extrativismo e pequenas produções locais. O babaçu, por exemplo, tornou-se elemento econômico e social importante em várias regiões do Estado, especialmente pela atuação das quebradeiras de coco, mulheres que desenvolveram formas de trabalho, organização social e resistência em torno do extrativismo.

No caso de São José de Ribamar, a economia tradicional esteve fortemente ligada à pesca artesanal, ao pequeno comércio, à agricultura de subsistência e às atividades religiosas. A localização litorânea favoreceu a presença de comunidades pesqueiras, com práticas transmitidas de geração em geração. A pesca não deve ser vista apenas como atividade econômica, mas também como elemento cultural, pois influencia a alimentação, as festas, a relação com o mar e a identidade local.

Com o crescimento da Grande São Luís, São José de Ribamar passou por forte urbanização. A expansão da capital maranhense fez com que o município se tornasse área de moradia para milhares de pessoas que trabalham, estudam ou circulam diariamente entre os municípios da região metropolitana. Esse fenômeno é chamado de conurbação, isto é, a aproximação física e funcional entre cidades vizinhas, formando uma malha urbana contínua ou integrada.

A urbanização trouxe novas oportunidades econômicas. O setor de serviços cresceu, incluindo comércio, transporte, construção civil, alimentação, atividades religiosas, turismo e serviços públicos. A construção de conjuntos habitacionais e a expansão de bairros modificaram a paisagem local. O município deixou de ser predominantemente associado a povoados tradicionais e passou a ter papel relevante na dinâmica metropolitana.

A industrialização em São José de Ribamar não tem o mesmo peso que em áreas industriais específicas do Maranhão, como aquelas ligadas ao complexo portuário e industrial da Ilha de São Luís. No entanto, o município é impactado indiretamente pela economia regional, especialmente pela circulação de trabalhadores, pela demanda habitacional e pela integração com os demais municípios da ilha. Assim, a economia ribamarense contemporânea é mais marcada por serviços, comércio, construção civil, turismo religioso e atividades urbanas do que por grandes indústrias.

O turismo religioso é um dos elementos mais importantes da economia local. O Santuário de São José de Ribamar atrai fiéis de várias partes do Maranhão e de outros estados. Durante os festejos do santo, há aumento da circulação de pessoas, vendas no comércio, hospedagem, alimentação, transporte e atividades informais. Esse tipo de turismo combina fé, cultura e economia popular.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

TEORIAS DA EDUCAÇÃO

O estudo das teorias educacionais é essencial para a compreensão dos diversos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em ambientes educacionais. Essas teorias fornecem diferentes perspectivas sobre como as pessoas aprendem e sobre como o ensino pode ser planejado e executado de forma mais eficaz. As teorias educacionais não apenas informam a prática pedagógica, mas também influenciam políticas educacionais e a formação de professores. Este texto tem como objetivo explorar algumas das principais teorias educacionais, examinando suas características fundamentais, suas contribuições para a prática educativa e suas aplicações no contexto escolar.

A educação, como campo de estudo, é rica e diversa, com uma vasta gama de abordagens teóricas que ajudam a explicar como o aprendizado ocorre e como pode ser facilitado. Entre essas teorias, destacam-se o behaviorismo, o construtivismo, a teoria sociointeracionista e a abordagem humanista. Cada uma dessas teorias oferece uma visão única sobre o processo educativo e apresenta diferentes métodos e estratégias que podem ser aplicados na sala de aula.

O behaviorismo, por exemplo, foca no comportamento observável e nas respostas a estímulos do ambiente, enfatizando a importância do reforço e da punição no processo de aprendizagem. Já o construtivismo propõe que o conhecimento é construído ativamente pelo aprendiz, com base em suas experiências e interações com o ambiente. A teoria sociointeracionista destaca o papel fundamental da interação social e da cultura no desenvolvimento cognitivo, enquanto a abordagem humanista enfatiza a importância do crescimento pessoal e da autorrealização.

Ao longo deste estudo, serão examinadas essas teorias em detalhes, discutindo-se seus fundamentos, principais teóricos e implicações para a prática educacional. Além disso, serão apresentadas aplicações práticas de cada teoria, oferecendo exemplos de como elas podem ser utilizadas para melhorar o ensino e a aprendizagem em diferentes contextos educativos.

A análise das teorias educacionais não apenas enriquece o conhecimento dos educadores, mas também lhes proporciona ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios diários da prática pedagógica. Compreender as diferentes abordagens teóricas permite que os professores adaptem suas metodologias de ensino às necessidades específicas de seus alunos, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva. Em suma, o estudo das teorias educacionais é um passo fundamental para qualquer profissional da educação que deseja melhorar sua prática e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

► Behaviorismo

O behaviorismo é uma teoria psicológica que se concentra no estudo do comportamento observável dos indivíduos e suas respostas a estímulos do ambiente. Surgida no início do século XX, essa abordagem rejeita a introspecção e os processos mentais internos como objetos de estudo, priorizando a análise das interações visíveis e mensuráveis entre os organismos e seu ambiente. Entre os principais teóricos do behaviorismo destacam-se John B. Watson, que é considerado o fundador da abordagem, e B.F. Skinner, que desenvolveu a teoria do condicionamento operante. Este capítulo abordará os principais conceitos do behaviorismo, seus métodos e aplicações práticas na educação.

John B. Watson e o Condicionamento Clássico

John B. Watson propôs que a psicologia deveria ser uma ciência objetiva e experimental, concentrando-se no comportamento observável. Inspirado pelo trabalho de Ivan Pavlov, Watson adaptou os princípios do condicionamento clássico para o estudo do comportamento humano.

O condicionamento clássico envolve a associação de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado que naturalmente provoca uma resposta. Com o tempo, o estímulo neutro passa a provocar a mesma resposta, agora chamada de resposta condicionada.

- **Experimentos de Pavlov:** Pavlov demonstrou o condicionamento clássico em seus experimentos com cães, nos quais o som de uma campainha (estímulo neutro) era associado à apresentação de comida (estímulo incondicionado), levando os cães a salivarem (resposta incondicionada). Após repetidas associações, os cães começavam a salivar ao ouvir a campainha, mesmo na ausência de comida, indicando a resposta condicionada.

- **Aplicações de Watson:** Watson aplicou esses princípios ao comportamento humano, como no famoso experimento com o pequeno Albert, onde uma criança foi condicionada a temer um rato branco ao associá-lo repetidamente com um som alto e assustador. Este experimento demonstrou que emoções e respostas emocionais poderiam ser condicionadas em humanos.

B.F. Skinner e o Condicionamento Operante

B.F. Skinner expandiu os conceitos de Watson ao desenvolver a teoria do condicionamento operante, que descreve como o comportamento é influenciado pelas consequências que se seguem a ele. Skinner introduziu os conceitos de reforço e punição como mecanismos para aumentar ou diminuir a probabilidade de um comportamento ser repetido.

- **Reforço Positivo e Negativo:** O reforço positivo envolve a apresentação de um estímulo agradável após um comportamento, aumentando a probabilidade de sua repetição. Por exemplo, elogiar um aluno por concluir uma tarefa pode

AMOSTRA

▪ encorajá-lo a repetir o comportamento no futuro. O reforço negativo, por outro lado, envolve a remoção de um estímulo desagradável para aumentar a frequência de um comportamento. Por exemplo, permitir que um aluno pare de realizar uma tarefa aversiva após responder corretamente a uma pergunta.

▪ **Punição Positiva e Negativa:** A punição positiva envolve a apresentação de um estímulo desagradável após um comportamento, visando diminuir sua ocorrência. Por exemplo, repreender um aluno por se comportar de maneira inadequada. A punição negativa envolve a remoção de um estímulo agradável após um comportamento indesejado, como retirar privilégios ou tempo de recreio.

Aplicações do Behaviorismo na Educação

O behaviorismo tem várias aplicações práticas na educação, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no desenvolvimento de programas de modificação de comportamento. Algumas das técnicas mais comuns incluem:

▪ **Reforço de Comportamentos Desejáveis:** Utilizar recompensas e elogios para incentivar comportamentos positivos, como participação ativa, respeito às regras da sala de aula e conclusão de tarefas. Sistemas de pontos ou estrelas podem ser implementados para motivar os alunos.

▪ **Modelagem e Shaping:** A modelagem envolve demonstrar um comportamento desejado para que os alunos possam imitá-lo. O shaping é uma técnica que reforça gradualmente aproximações sucessivas de um comportamento desejado, ajudando os alunos a desenvolver habilidades complexas passo a passo.

▪ **Contratos de Comportamento:** Estabelecer contratos de comportamento com os alunos, onde são definidos comportamentos esperados e as recompensas ou consequências associadas. Isso pode ajudar a criar um ambiente de sala de aula mais estruturado e previsível.

▪ **Gestão de Sala de Aula:** Utilizar técnicas de gestão de sala de aula baseadas no behaviorismo, como reforço positivo para manter a ordem e disciplina, e punições consistentes para comportamentos disruptivos. A clareza nas expectativas e nas consequências ajuda os alunos a entenderem o que é esperado deles.

Críticas e Limitações do Behaviorismo

Apesar de suas contribuições significativas, o behaviorismo também enfrenta críticas e limitações. Uma das principais críticas é a sua ênfase no comportamento observável, desconsiderando os processos mentais internos, como pensamentos, emoções e motivações. Além disso, alguns críticos argumentam que o uso excessivo de reforço e punição pode levar a uma dependência externa, onde os alunos agem de determinada maneira apenas para obter recompensas ou evitar punições, em vez de desenvolverem uma compreensão intrínseca do comportamento adequado.

O behaviorismo, com seus conceitos de condicionamento clássico e operante, oferece uma perspectiva valiosa para a compreensão e modificação do comportamento humano. Suas aplicações na educação são diversas e eficazes, especialmente no

gerenciamento de sala de aula e no incentivo a comportamentos positivos. No entanto, é importante reconhecer suas limitações e integrá-lo com outras abordagens teóricas para proporcionar uma educação mais holística e centrada no aluno.

► Construtivismo

O construtivismo é uma teoria da aprendizagem que enfatiza a construção ativa do conhecimento pelo aprendiz. Em vez de serem vistos como receptores passivos de informações, os alunos são considerados participantes ativos no processo de aprendizagem, que constroem conhecimento através de suas próprias experiências e interações com o mundo. As raízes do construtivismo podem ser encontradas nos trabalhos de Jean Piaget e Lev Vygotsky, cujas teorias sobre desenvolvimento cognitivo e social continuam a influenciar profundamente a educação contemporânea. Este capítulo abordará os principais conceitos do construtivismo, destacando as contribuições de Piaget e Vygotsky, bem como suas implicações práticas para o ensino.

Jean Piaget e a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget, um psicólogo suíço, é um dos principais teóricos do construtivismo. Ele propôs que as crianças passam por uma série de estágios de desenvolvimento cognitivo, cada um caracterizado por diferentes capacidades de pensamento e compreensão. Piaget acreditava que o aprendizado ocorre quando as crianças interagem com o ambiente e constroem seu próprio entendimento através de processos de assimilação e acomodação.

Estágios de Desenvolvimento: Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento cognitivo:

▪ **Sensório-motor (0-2 anos):** Neste estágio, as crianças exploram o mundo através de seus sentidos e ações motoras. Elas desenvolvem a noção de permanência do objeto, ou seja, a compreensão de que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.

▪ **Pré-operacional (2-7 anos):** As crianças começam a usar símbolos, como palavras e imagens, para representar objetos e eventos. No entanto, seu pensamento ainda é egocêntrico e elas têm dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros.

▪ **Operacional Concreto (7-11 anos):** As crianças desenvolvem a capacidade de pensar logicamente sobre eventos concretos. Elas podem realizar operações mentais, como classificação e seriação, e entender conceitos de conservação.

▪ **Operacional Formal (a partir dos 12 anos):** Neste estágio, os adolescentes desenvolvem a capacidade de pensar abstratamente e de raciocinar sobre hipóteses. Eles podem usar o pensamento dedutivo e considerar múltiplas perspectivas.

▪ **Processos de Aprendizagem:** Piaget introduziu os conceitos de assimilação e acomodação para descrever como as crianças aprendem. ****Assimilação**** é o processo de incorporar novas informações em esquemas existentes, enquanto ****acomodação**** é a modificação de esquemas existentes para incorporar novas informações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÃO, CONCEITOS E OBJETIVOS

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogos da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

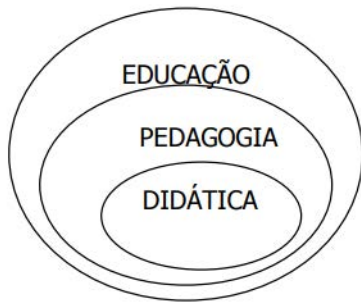
A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

AMOSTRA

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

▪ Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinatória da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

